



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História

Brasil

Assis, Arthur

A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à
República, de Sérgio Buarque de Holanda

Revista Brasileira de História, vol. 30, núm. 59, junio, 2010, pp. 91-120

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26314778006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de *Do Império à República*, de Sérgio Buarque de Holanda¹

Historical theory as historiography's hermeneutics: an interpretation of From the Empire to the Republic, by Sérgio Buarque de Holanda

Arthur Assis*

RESUMO

O presente texto oferece uma interpretação de *Do Império à República*, o livro de Sérgio Buarque de Holanda que reconta a história política brasileira da segunda metade do século XIX. Baseando-se em conceitos desenvolvidos pelo teórico da história Jörn Rüsen, o artigo detém-se particularmente em três aspectos do referido livro: os artefatos teóricos que presidem a interpretação da crise da Monarquia brasileira, os padrões narrativos que dão suporte à constituição de sentido sobre essa experiência do passado, bem como o contexto atual de orientação que serviu de parâmetro de significado/sentido à interpretação e à representação. Esta análise pretende ilustrar que a teoria da história é não só um meio para explorar abstratamente as complexas questões ligadas à produção do conhecimento histórico, mas também uma ferramenta para a obtenção de imagens concretas acerca da prática intelectual dos historiadores profissionais.

Palavras-chave: teoria da história; historiografia; Jörn Rüsen; Sérgio Buarque de Holanda.

ABSTRACT

This text features an interpretation of *From the Empire to the Republic*, the book by Sérgio Buarque de Holanda that re-enacts Brazil's late 19th century political history. Based on concepts developed by the historical theorist Jörn Rüsen, the article delves particularly into three aspects of the aforementioned book: the theoretical artefacts structuring the interpretation of the crisis of the Brazilian monarchy; the narrative patterns deployed so as to make sense of that past experience; and the orientation context that functions as source of criteria of sense/meaning for both interpretation and representation. This analysis intends to illustrate that historical theory is not only a means to abstractly explore the complex questions connected to the production of historical knowledge, but also a tool for obtaining concrete images about the intellectual practice of professional historians.

Keywords: theory of history; historiography; Jörn Rüsen; Sérgio Buarque de Holanda.

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro – ICC-Norte. 70910-900 Brasília – DF – Brasil. arthurassis@unb.br

A teoria da história, desde as conferências propedêuticas dos historiadores alemães do século XVIII que inauguraram a sua vertente moderna,² tem como uma de suas atribuições responder à questão: o que fazem os historiadores, quando fazem história? Todavia, nos últimos 250 anos os historiadores e filósofos que se ocuparam do tema chegaram a respostas frequentemente colidentes e não raro irreconciliáveis. De fato, está longe de ser alcançado um consenso abrangente que pusesse fim às muitas e infrutíferas dicotomias que marcam a reflexão sobre história e historiografia – dicotomias tais como realismo e construtivismo, método e narrativa, objetividade e subjetividade, ciência e vida, entre várias outras. Acredito, porém, que ao menos uma parte do impasse seria ultrapassada caso fosse possível acordar que, ao fazerem história, os historiadores profissionais põem em marcha, no mínimo, três procedimentos fundamentais. Primeiramente eles – e mesmo aqueles mais bem escondidos por detrás de fantasias metodológicas como o empirismo puro ou a imparcialidade total – assumem consciente ou inconscientemente posições nos contextos sócio-político-culturais em que estão inseridos. Em segundo lugar, os historiadores pesquisam registros das experiências pretéritas, e a escolha dos temas e as estruturas das interpretações amiúde se relacionam com as suas expectativas de futuro, as quais se desenvolvem também em jogo com as suas autoapreciações do próprio presente. Em terceiro lugar, eles escrevem narrativas as quais, por se referirem de maneira controlada à experiência do passado, se pretendem plausíveis.³ Dessas três dimensões constitutivas da prática profissional dos historiadores – (1) posicionalidade do(a) historiador(a); (2) pesquisa das fontes; (3) escrita da história –, a última representa uma síntese de todo o resto. Compreende-se assim por que a historiografia é (ou deveria ser) uma fonte preferencial de toda reflexão teórica interessada em discutir a natureza e o significado da ciência histórica.

É possível relacionar teoria da história e historiografia de diferentes maneiras. Cumpre reconhecer, por exemplo, que a história da historiografia não só complementa a reflexão da teoria da história, mas também se coloca como um imperativo lógico desta última. É que uma abordagem histórico-teórica que não considere seriamente a historicidade inerente às próprias práticas de investigação e escrita históricas perde automaticamente em coerência.⁴ A reflexão teórica sobre a ciência histórica extrai assim grandes benefícios da sua proximidade aos estudos historiográficos. Essa relação entre os dois campos é, porém, passível de ser invertida em benefício do primeiro. Teorias históricas podem ser mobilizadas para auxiliar na compreensão de textos escritos por

historiadores; podem fornecer uma perspectiva que permita enxergar novos aspectos envolvidos na produção historiográfica; podem disponibilizar um vocabulário capaz de expandir o campo daquilo que se consegue dizer acerca de um texto histórico. Nesse caso, torna-se razoável dizer que a teoria da história funciona como uma *hermenêutica da historiografia*. No que se segue, pretendo explorar essa segunda possibilidade através da interpretação de um importante texto da tradição historiográfica brasileira, a saber, *Do Império à República* (1972), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).⁵ Procurarei demonstrar na prática como tal hermenêutica pode ser posta em funcionamento, em vez de conferir a ela uma fundamentação teórica. Consoante esse objetivo, embasarei minha interpretação na teoria da história formulada pelo historiador alemão Jörn Rüsen.

É desnecessário justificar extensivamente a escolha de *Do Império à República* como objeto da análise, pois toda a obra de Sérgio Buarque de Holanda tem sido assinalada, por exegetas contemporâneos e posteriores a ele, como de fundamental importância para a cultura histórica e para o pensamento social brasileiros.⁶ Essa reconhecida importância é, contudo, em imensa medida, tributária da relevância que se atribui a uma publicação em particular, *Raízes do Brasil* (1936).⁷ A pesquisa historiográfica em torno da obra de Sérgio Buarque segue a mesma tendência, e é marcada por uma concentração desproporcional e (a meu ver) injustificada no primeiro e mais famoso dos seus livros. Nesse contexto de entusiasmo geral em torno de *Raízes do Brasil*, mencionar que o próprio autor, 40 anos após a publicação do livro, o qualificou como “superado e completamente datado” – e que, ademais, afirmou que “já-mais [o] escreveria de novo” – corresponde a remar contra uma forte maré intelectual.⁸ Apenas recentemente trabalhos como os de Mariana Françozo e Robert Wegner têm tentado contrabalançar essa velha tendência, ao colocar em foco os textos de Sérgio Buarque de Holanda acerca da expansão territorial brasileira – textos como os reunidos em coletâneas como *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957).⁹

Ainda assim, pouca atenção se tem dedicado à última das monografias históricas publicadas por Sérgio Buarque de Holanda, *Do Império à República*. Isso talvez se deva, em parte, à circunstância de que a história desse texto é um tanto intrincada. Concebido como um artigo que deveria sumariar a crise do Império brasileiro, e que encerraria o tomo referente ao período monárquico da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, o trabalho acabou ganhando alcance e extensão muito maiores do que o originalmente previsto. Foi

publicado em 1972 como o sétimo volume da mesma coleção, mas sabe-se que, desde ao menos 1976, Sérgio Buarque vinha trabalhando em nova edição do texto e tinha em mente reestruturar o plano da obra, ampliando-a substancialmente.¹⁰ Sérgio Buarque não chegou a concluir a reelaboração do texto, mas ainda em maio de 1981 – em entrevista concedida pouco menos de um ano antes de seu falecimento – declarou estar trabalhando em tal projeto. Além disso, afirmou também, categoricamente, que a versão reescrita de *Do Império à República* viria a ser o seu livro mais importante (Graham, 1982, p.8). Com efeito, talvez o preceito metódico cardinal da história intelectual seja o de que autores convertidos em objetos de investigação nunca detêm o monopólio da interpretação de suas próprias obras, e não há razão para que tal não se aplique ao estudo dos textos de Sérgio Buarque de Holanda. Há, contudo, ainda menos motivos para se descartar por completo a autoavaliação de Sérgio Buarque acerca de *Do Império à República*. Afinal, alguns comentadores de peso, em consonância com a opinião do autor, já assinalaram tanto a centralidade do texto no panorama geral da obra quanto sua relevância para a compreensão do processo histórico que levou à proclamação da República.¹¹ Tudo isso, penso, dá ensejo a que se passe a considerar *Do Império à República* com muito mais atenção.

Isso posto acerca da principal referência empírica do presente trabalho, cabe então uma breve apresentação da sua principal referência teórica, isto é, a teoria da história de Jörn Rüsen. Rüsen é um dos mais importantes teóricos da história contemporâneos e seu nome e obra vêm tornando-se cada vez mais conhecidos no cenário historiográfico brasileiro – o que se deve em larga medida aos esforços de tradução e interpretação despendidos por investigadores tais como Pedro Caldas, Astor Diehl, René Gertz, Estevão de Rezende Martins e Luiz Sérgio Duarte da Silva. Rüsen estudou filosofia, história, literatura alemã e pedagogia na Universidade de Colônia, onde se doutorou em 1966 com um trabalho acerca da teoria da história de Johann Gustav Droysen (1808-1884). Desde então, atuou em diferentes instituições alemãs e estrangeiras, sobretudo na Universidade de Bochum (1974-1989), na Universidade Bielefeld (1989-1997), bem como no Instituto de Altos Estudos em Humanidades (KWI) de Essen, o qual dirigiu entre 1997 e 2007. Nascido em 1938, Rüsen seria socializado no contexto da então nascente *Bundesrepublik*. Filia-se a uma geração de intelectuais que se sentiam comprometidos com os ideais do iluminismo, eram simpáticos à social-democracia, e naturalmente tinham de lidar com os traumas legados pelo nacional-socialismo.¹² A teoria da história de Rüsen acomo-

da essas e outras preocupações, projetando-as no debate sobre a natureza, o significado e a função do conhecimento histórico. Em minha opinião, seu grande mérito consiste em ter conciliado satisfatoriamente a hodierna ênfase no caráter construtivo/narrativo da escrita da história com a bem menos recente tradição de reflexão acerca das estratégias de controle e gestão do material histórico, a qual se estruturou em torno do conceito de método.

Rüsen projetou sua teoria da história ao longo da década de 1970 e a desenvolveu sistematicamente na trilogia *Fundamentos de uma teoria da história* (*Grundzüge einer Historik*), a qual foi publicada originalmente ao longo da década de 1980.¹³ Síntese desse projeto teórico de Rüsen é o conceito de matriz disciplinar da ciência da história. A matriz disciplinar busca abranger todos os elementos essenciais presentes na produção de histórias pelos historiadores profissionais, representando uma solução conciliatória para os impasses que na década de 1980 marcavam o debate sobre a história e o conhecimento histórico. Ao optar por esse caminho, Rüsen busca integrar pontos de vista bastante discordantes. Seu objetivo é tanto superar uma concepção estreita de objetividade – a qual, confiante nos métodos de pesquisa como meios infalíveis para descortinar as verdades escondidas nas fontes, sempre tende a recalcar o tema da representação histórica – quanto oferecer uma alternativa a uma visão radicalmente construtivista e narrativista de historiografia – a qual não esclarece satisfatoriamente a natureza da relação entre escrita da história e pesquisa histórica. É esse duplo propósito que informa a sua definição dos cinco princípios fundamentais do conhecimento histórico científico:

- 1) carências de orientação;
- 2) perspectivas diretoras da interpretação histórica da experiência do passado;
- 3) métodos de pesquisa empírica;
- 4) formas de apresentação; e
- 5) funções de orientação. (Rüsen, 2001, p.26-36)

Rüsen isola esses princípios da multiplicidade dos paradigmas de pesquisa histórica e historiografia, os quais, já muito antes da década de 1980, tornavam o campo da ciência da história bastante vasto e complexo. Vale lembrar, ademais, que o conceito de *matriz disciplinar* proposto por Rüsen não só con-

tém uma descrição objetiva dos fundamentos da ciência histórica, mas também carrega, em certa medida, ideais normativos implícitos.¹⁴

Com sua matriz disciplinar, Rüsen especifica como a ciência da história realiza a tarefa cultural que, para ele, define toda forma de pensamento e discurso histórico, a “constituição de sentido” (*Sinnbildung*). A interpretação de *Do Império à República* que se conduzirá a seguir pretende abordar exatamente os aspectos da constituição cultural de sentido presentes nessa história da cultura política brasileira da segunda metade do século XIX. Três dos cinco princípios aqui especificados serão localizados no texto de Sérgio Buarque. Em primeiro lugar, explorarei as duas estruturas teóricas que conformam as *perspectivas diretoras da interpretação*, a saber, a categoria de “crise” e o conceito de “poder pessoal do imperador”. Em seguida, concentrarei o foco nas *formas de apresentação*, de modo a examinar as modalidades específicas de constituição narrativa de sentido presentes no texto. Ao final, discutirei a relação entre o texto e o *contexto das carências de orientação* em meio às quais o mesmo foi pensado, pesquisado e escrito.

ARQUITETURA INTERPRETATIVA

Um dos pontos de vista mais esclarecedores que se deixam desenvolver com base na teoria da história de Jörn Rüsen é a ideia de que o que faz de uma história uma história é certo modo de perceber e interpretar a mudança temporal de/em um determinado sujeito histórico (por exemplo, uma pessoa, uma instituição, uma coletividade, um saber, uma cultura, uma forma de organização econômica) (Rüsen, 2007a, p.43-45). No caso de *Do Império à República*, o sujeito histórico principal é, evidentemente, o regime imperial brasileiro. O primeiro requisito lógico para se abordar qualquer mudança é a demarcação dos pontos de partida e de chegada entre os quais ela se sucede. Mais uma vez, *Do Império à República* não foge à regra. A mudança abordada por Sérgio Buarque de Holanda é aquela que conduziu o Império à sua inexistência. Seu ponto de chegada vem, desde há muito, sendo mantido na memória política brasileira como um momento de inflexão: 15 de novembro de 1889; o ponto de partida Sérgio Buarque toma-o emprestado de velhas interpretações oitocentistas que marcaram em 1868 o início do fim do regime monárquico.

Do Império à República abrange, portanto, as duas últimas décadas da história do Império brasileiro. Na estruturação da sua interpretação das mu-

danças que culminaram com a proclamação da República podem-se localizar duas estruturas teóricas principais, uma de caráter dinâmico e outra de caráter estático. A primeira delas corresponde à categoria histórica de “crise” e concretiza-se com o argumento – sustentado ora implícita, ora explicitamente por Sérgio Buarque – de que os anos de 1868 a 1889 foram marcados essencialmente por uma crise em meio à qual se corroeram as bases de poder do regime monárquico brasileiro.

A tese de que interpretações históricas são estruturadas por artefatos teóricos, entre os quais se incluem as categorias históricas, é bastante cara à teoria da história de Rüsen – que, diga-se de passagem, articula nesse ponto um complexo diálogo crítico com a tradição da teoria kantiana do conhecimento.¹⁵ De acordo com Rüsen, as categorias históricas estão presentes em todas as histórias, mais especificamente no âmbito das *perspectivas diretoras da interpretação da experiência do passado*. Em linhas gerais, as categorias históricas apontariam para os nexos temporais gerais que tornam certas realidades do passado reconhecíveis como realidades históricas (Rüsen, 2007a, p.93-94). O pressuposto dessa definição é o de que não há nem houve uma realidade histórica fixa, definitiva e absoluta, à qual uma história deveria corresponder. Reconhece-se assim que a experiência do passado não é intrinsecamente histórica, mas *torna-se* histórica. Essa transformação de “passado” em “história” se dá quando certo conteúdo empírico é posto em relação com os registros de historicidade que, em dado contexto atual, fornecem sentido à atividade de rememoração do passado. Para Rüsen, o fato de o predicado “histórico” apenas ser atribuído a determinado evento ou experiência com base nesse tipo de relação entre passado e presente confere visibilidade ao papel central que é desempenhado pelas categorias. Em meio aos procedimentos de construção de uma história, categorias seriam peças-chave nas redes teóricas com as quais o sujeito do conhecimento circunscreve no campo aberto da experiência do tempo o espaço da experiência histórica. Em *Do Império à República*, a categoria histórica de “crise” serve de critério para a delimitação dos fatos passíveis de serem abordados pela interpretação, permitindo, nesse sentido, que certo segmento da realidade do passado político imperial seja tomado por especificamente histórico. Tal categoria corresponde a uma estrutura cognitiva que se faz notar sempre que a experiência é percebida e compreendida como uma experiência em que um sujeito histórico foi (ou está sendo) posto em xeque.

Conforme o que já se mencionou, *Do Império à República* atribui função interpretativa de suma importância, a de marco zero da crise do regime, a um

evento histórico particular: a queda, em meados de 1868, do ministério liberal chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877). A subsequente ascensão do Visconde de Itaboraí (1802-1872) – um dos mais importantes membros da ala ortodoxa do Partido Conservador – ao cargo de presidente do Conselho de Ministros, bem como a concomitante dissolução da Câmara, é apresentada como um minigolpe de Estado. Mais de uma vez ao longo do texto, tal crítica é acompanhada do comentário – proferido quase em tom de profecia retrospectiva – de que, no médio prazo, os efeitos da reviravolta política mencionada se revelariam fortemente maléficos à conservação das instituições imperiais (DIR, p.7-8, 105). Fixado o ponto de partida da interpretação, Sérgio Buarque passa à reconstrução de uma infinidade de experiências políticas que marcaram a existência do regime até sua dissolução em 1889. Ele concentra-se especificamente nas composições e decomposições ministeriais, nas dissoluções de Câmaras, em polêmicas parlamentares, em episódios ligados à Guerra do Paraguai e à política externa na região do rio da Prata, nas transformações estruturais do Exército e no desenvolvimento do republicanismo, entre outros temas. Não raro, para explicar o que tomava como tendo sido a crise manifesta em todas essas (e em muitas outras) experiências, ele recorre à extrapolação dos marcos temporais delimitados como fronteiras do tema principal da narrativa. Destarte, também são abordados incidentalmente outros períodos anteriores e posteriores da história política do Brasil, bem como casos referentes à história de outras formações estatais modernas. O mais importante, no entanto, é que tanto com tais digressões quanto com as referências ao período 1868-1889 Sérgio Buarque busca reforçar, na complexa sucessão dos eventos por ele representados, o sentido de crise, a ideia de que as instituições imperiais edificadas ao longo do século XIX estiveram, a partir de 1868, sob condições e conjunturas que favoreceram a sua fragilização.

A centralidade da categoria histórica de crise em *Do Império à República* poderia ser exemplificada à luz de diversas outras passagens do texto, por exemplo, do trecho do Capítulo 1 do Livro III 16 que reconstrói as discussões parlamentares em torno do que ficaria conhecido como a Lei do Ventre Livre (1871). O ministério no poder era então chefiado pelo Visconde do Rio Branco (1819-1880), um conservador moderado que se mostrava bastante interessado em fazer avançar a causa da emancipação dos escravos. Rio Branco esteve longe de propor um projeto radical de abolição da escravidão, mas mesmo assim seus propósitos foram muito mal recebidos por boa parte dos seus colegas parlamentares do Partido Conservador. Tal conflito levou o chefe do

governo a solicitar a dissolução da Câmara, Câmara essa que era formada por uma maioria esmagadora de membros do seu próprio partido. Em razão da anuênciia do imperador ao pedido de dissolução, o gabinete Rio Branco pôde manter-se são e salvo. O Visconde permaneceria na presidência do Conselho de Ministros até 1875, e com os seus mais 4 anos de governo quebraria todos os recordes de permanência contínua no posto. Mas para Sérgio Buarque de Holanda essa persistência apenas iludia quanto às reais condições de saúde do regime. O resultado profundo da longa duração do gabinete Rio Branco teria sido a fragmentação de um pilar essencial de sustentação da Monarquia, a dicotomia entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. Ao retomar, páginas adiante, o mesmo episódio, Sérgio Buarque comenta que “um dos efeitos da acre contenda travada em 1871 sobre o projeto emancipador de Rio Branco tinha sido notoriamente o enfraquecimento, que não cessará de aumentar até o advento da República, da linha divisória entre os partidos” (DIR, p.245).

É evidente que Sérgio Buarque de Holanda percebe a fragmentação do Partido Conservador – decorrente do conflito entre a sua velha guarda e uma facção que, chegando ao poder, aderiu a uma plataforma reformista que havia sido anteriormente cara aos liberais – como mais um dos sintomas da crise de que trata o seu livro. Uma metáfora utilizada pelo autor para sintetizar os efeitos desse processo oferece um testemunho particularmente irrefutável acerca da centralidade da categoria “crise” no plano das perspectivas diretoras da interpretação. Depois de 1868, ter-se-ia iniciado um “plano inclinado para o regime” (DIR, p.247). Essa imagem geométrica não deixa dúvidas de que Sérgio Buarque confere à sua interpretação o sentido de uma rememoração da experiência da derrocada do regime político que fundou o Estado brasileiro. Ele explica a “crise” como um processo de dissolução dos pilares de sustentação do Império. O recurso à categoria de crise sintetiza, portanto, a sua percepção de que nas últimas décadas do século XIX brasileiro teria havido um processo de corrosão dos suportes culturais que possibilitavam o acordo entre Estado, elite política e sociedade, acordo sobre o qual se equilibrava o regime. Nesse contexto, Sérgio Buarque apenas podia considerar o golpe de Estado que instaurou a República em 1889 como o elo final de uma complexa cadeia de acontecimentos anteriores. Esses acontecimentos teriam acarretado um desgaste crescente das condições de sustentação do regime imperial (DIR, p.348-349), e tal processo teria tido um significado histórico muito mais profundo do que o episódio relativamente contingente da proclamação da República. É

por isso que o livro de Sérgio Buarque não é uma história da proclamação da República brasileira, mas antes da crise política que a precedeu.

Do Império à República atribui a incapacidade do regime monárquico em renovar os suportes políticos e culturais que conferiam consistência à sua rede de poder antes a características inerentes ao regime do que a fatores externos. Tais características são abordadas sob a mediação da segunda das estruturas teóricas que marcam o texto, a saber, o conceito de “poder pessoal do imperador”. Esse conceito condensa a opinião de que o sistema político que vigorava ao longo do período monárquico era marcado por um personalismo estrutural, diante do qual se esvaía tudo o que se relacionasse com doutrinas políticas progressistas, tais como o liberalismo e a democracia. Correspondentemente, o imperador teria ocupado o posto de ator principal no cenário político, ao passo que aos demais atores individuais ou institucionais teria sido reservada somente uma posição secundária, subalterna, quando não meramente figurativa. Assim, o Segundo Reinado teria sido caracterizado pelo governo pessoal de D. Pedro II, e toda a comunidade política ter-se-ia mantido à mercê dos caprichos imperiais:

Sua Majestade [não ousaria] rasgar a teia de um parlamentarismo fraudulento, que se impôs apesar da constituição, para não merecer a pecha de arbitrário. Que outro nome poderia merecer, entretanto, o poder que se escorava numa trama de embustes e que, exercido embora com moleza, viria a ser por força caprichoso? (DIR, p.72)

Outro bom exemplo da direção exercida pelo conceito de poder pessoal do imperador sobre a interpretação apresentada em *Do Império à República* é a exposição irônica da “docilidade” que teria marcado o comportamento de Zacarias de Góis e Vasconcelos em sua relação com o imperador, nas três ocasiões em que aquele esteve à frente do Conselho de Ministros. A tese de Sérgio Buarque quanto à docilidade de Zacarias é reforçada pela lembrança de diversos episódios em que este mudou radicalmente de opinião quanto a certos temas de maneira a se ajustar às posições defendidas por D. Pedro. O caso mais curioso é o da súbita boa vontade do presidente do Conselho com a questão da emancipação dos escravos, tal como expressa nas falas do trono de 1867 e 1868. Sérgio Buarque contrasta tal disposição com uma situação posterior, em que Góis e Vasconcelos, já de volta ao Parlamento depois da dissolução do gabinete, votou contra o projeto da Lei do Ventre Livre. O autor apresenta essa variação de opi-

nião como uma prova de que o imperador tendia a interferir em assuntos de governo quando lhe apetecia, bem como de que tais interferências eram, na verdade, necessárias à manutenção do sistema político.

Com efeito, para Sérgio Buarque de Holanda, o arranjo que, no Brasil do século XIX, possibilitou a estruturação e sustentação do Estado teria culminado na concentração excessiva de poder decisório nas mãos do detentor do Poder Moderador – o quarto poder que figurava na Constituição do Império como “chave de toda a organização política” do regime.¹⁷ Essa tese de que a vida política do Império se assentava sobre o poder pessoal do monarca data, porém, de bem antes da publicação de *Do Império à República*. Sua estreia fez-se em alguns dos panfletos políticos que, já desde as primeiras décadas do governo de D. Pedro II, criticavam a hipertrofia dos poderes imperiais – textos tais como o *Libelo do povo* (1849), de Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), a *Biografia do Conselheiro Furtado* (1867), de Tito Franco de Almeida (1829-1899), a famosa *Circular* (1860), de Teófilo Ottoni (1807-1869), e *A província* (1870), de Aureliano Tavares Bastos (1839-1875). Para Ottoni, por exemplo, o “governo pessoal” de D. Pedro era a expressão de um “vicio orgânico do systema”.¹⁸ Anteriormente, Torres Homem já havia apresentado um diagnóstico similar, ao comentar que as misérias do sistema político monárquico advinham da circunstância de este se ter mantido na completa dependência dos “intermináveis vaivens do capricho individual [do imperador]”.¹⁹ Ademais, depois de finda a Monarquia, o conceito de “poder pessoal do imperador” passou a desempenhar o papel de um importante elemento de estruturação de interpretações pró-republicanas do passado imperial. No fim da década de 1920, tendo-se já iniciado a agitação que poria fim à Primeira República, autores como Vicente Lícínia Cardoso e Gilberto Amado transpuseram a tese do poder pessoal do campo mais estritamente político para o da historiografia acadêmica. Contrapunham-se assim a historiadores de tendência mais conservadora e monarquista, os quais, diante da instabilidade republicana, insistiam em lembrar a relativa calmaria dos anos áureos do Segundo Reinado.²⁰

É fácil perceber que a caracterização geral do sistema político imperial empreendida por Sérgio Buarque de Holanda em *Do Império à República* se situa exatamente no estuário de tal tradição liberal-democrática (posteriormente, republicana) de interpretação do passado monárquico. No argumento histórico estruturado pelo conceito de “poder pessoal do imperador” encontra-se, naturalmente, embutida uma crítica direta ao regime monárquico (e, so-

bretudo, ao Segundo Reinado). No caso da interpretação de Sérgio Buarque, o efeito mais perverso da hipertrofia do “poder pessoal” teriam sido as suas constantes obstruções aos avanços democráticos, particularmente a sua renitência em promover tanto a abolição da escravidão quanto a ampliação da participação eleitoral.²¹ Tal oposição retrospectiva ao regime monárquico deve ser entendida à luz do contexto de orientação atual a partir do qual Sérgio Buarque compôs a sua história do fim do Império. Todavia, antes de acessar essa relação entre o texto e o seu contexto, é mister considerar detalhadamente as estratégias narrativas de que o autor se serviu para fixar a sua interpretação do passado monárquico brasileiro.

NARRATIVA E SENTIDO

Como se pode inferir da precedente análise da arquitetura teórica de *Do Império à República*, as perspectivas diretoras da interpretação histórica portam uma natureza dúplice. São ferramentas subjetivas que os historiadores mobilizam para interpretar a experiência do passado, bem como referências empíricas portadoras de objetividade. Mais correto seria dizer, aliás, que são estruturas em que subjetividade e objetividade se encontram indissociavelmente fundidas. Pergunte-se, por exemplo, se a crise do regime imperial brasileiro, tematizada por Sérgio Buarque de Holanda, consiste num fato objetivo, empiricamente constatável nas fontes, ou se se trata somente de uma forma teórica e subjetiva que medeia conceitualmente essa constatação. Não há, obviamente, uma resposta simples a tal questão, nem será meu objetivo respondê-la a contento. Colocá-la, entretanto, serve para ressaltar mais um aspecto central da teoria da história de Rüsen, que será, a seguir, posto em contato com o texto de Sérgio Buarque. Tal aspecto adquire uma expressão nítida nesta definição: “história é uma ponte entre passado e presente, feita simultaneamente de acontecimentos e da interpretação destes”.²²

A constatação da indissociabilidade entre acontecimento e interpretação, entre objetividade e subjetividade, é o fundamento de uma das principais teses de Rüsen, isto é, a de que fazer história é “constituir sentido” sobre a experiência do tempo (Rüsen, 2001, p.59). É significativo que ele tenha preterido aqui a formulação “instituição de sentido” (*Sinnstiftung*) em favor de “constituição de sentido” (*Sinnbildung*).²³ Ao fazer essa opção terminológica, Rüsen pretendeu estabelecer um distanciamento em relação ao construtivismo epistemoló-

gico implícito no termo concorrente. Para ele, não é adequado falar em “instituição de sentido” pelo pensamento histórico, porque este nunca se realiza independentemente da mediação exercida pela memória da experiência humana do passado. Mesmo que a memória humana seja incapaz de recuperar fatos tais como ocorreram, Rüsen insiste em que rememorar e narrar não são atos arbitrários ou completamente carentes de objetividade. Em cada articulação da memória humana, segundo ele, sempre haverá elementos objetivos, e o discurso da instituição de sentido falha exatamente na medida em que negligencia essa circunstância basilar (Rüsen, 2007b, p.77-78).

Rüsen especifica quatro tipos fundamentais da constituição de sentido através de narrativas históricas: tradicional, exemplar, crítica e genética.²⁴ Antes de localizar no texto de Sérgio Buarque manifestações concretas desses tipos, vale a pena definir brevemente cada um deles. A narrativa *tradicional* constitui sentido mediante a eternização de um dado sujeito histórico, enfatizando neste as permanências e sublimando transformações. A narrativa *exemplar*, por sua vez, expande o potencial de sentido das tradições ao introduzir a possibilidade da referência a estoques de experiência não autóctones. Constitui sentido mediante a elaboração do passado em exemplos históricos abstratos, capazes de orientar a tomada de decisões e o agir. Já a constituição *crítica* de sentido atua sobre experiências cujo destaque pode abalar ou contradizer as diretrizes vigentes do pensamento histórico e, destarte, as relações sociais sustentadas ou legitimadas por narrativas tradicionais. Por fim, a narrativa *genética* distingue-se por incorporar sistemática e produtivamente a mudança temporal como elemento da constituição de sentido. Nesse tipo, as experiências sobre as quais incide a lembrança histórica tornam evidentes as diferenças temporais entre o passado e o presente, resultando na temporalização – ou historicização – da experiência (Rüsen, 2007b, p.48-63).

Um rápido olhar para o enredo de *Do Império à República* revela que o modo narrativo predominante no texto é, sem sombra de dúvida, o genético. É que o tema central do livro é precisamente uma transformação histórica, aquela que levou o Império à inexistência. Fundamentalmente, o livro retraca a gênese da República no Brasil, constituindo sentido através da ênfase sobre a diferença temporal qualitativa que existe entre os pontos de partida e de chegada da interpretação – isto é, 1868 e 1889 –, bem como por meio da inter-relação entre o passado interpretado e o presente da interpretação. O predomínio da narrativa genética e o concomitante foco na mudança temporal não implicam, porém, que a representação do passado produzida por Sérgio Buarque esteja isenta de ele-

mentos que apontem para durações na mudança. Sobretudo o Estado e a nação brasileiros figuram no texto como metassujeitos avalizadores da percepção da continuidade entre o Brasil do Império e o da República. Não se trata, é certo, de elementos narrativos de caráter puramente atemporal, tais como os que se manifestam nas narrativas tradicionais, mas, antes, de formas mistas, que são resultantes da combinação dos tipos genético e tradicional. Em *Do Império à República*, a persistência da forma estatal e dos valores nacionais ao longo da mudança temporal não é, portanto, apresentada como fruto da determinação exercida por uma tradição originária, em que estariam, para todo o sempre, condensados os caracteres originais e definitivos da cultura brasileira. Ao contrário, a duração percebida, interpretada e apresentada no texto é uma duração dinâmica. A percepção da experiência política brasileira do final do século XIX e, sobretudo, dos fenômenos do Estado e da nação como durações dinâmicas é possibilitada pelo desempenho teórico de uma categoria de natureza genética, a de crise. Como já se demonstrou, ela também ordena a interpretação das transformações que levaram ao fim do Império e à reestruturação do Estado brasileiro intentada pela nascente República.

O segundo modo de constituição histórica de sentido mais patente em *Do Império à República* é, sem dúvida, o crítico. A grande crítica comunicada pelo texto incide precisamente sobre certas diretrizes de pensamento que são incompatíveis com o tipo de mentalidade política implicitamente defendido pelo autor. Particularmente interessante para a abordagem das manifestações tipologicamente enquadráveis sob o modo narrativo crítico é o Capítulo 1 do Livro IV. Aqui Sérgio Buarque detém-se, mormente, nos debates parlamentares que, no primeiro semestre de 1879, acompanharam o envio à Câmara de uma proposta do governo (então chefiado pelo liberal João Cansanção de Sínimbu, 1810-1906) para a reforma do sistema eleitoral. A proposta ministerial previa a adoção de eleições diretas e maiores restrições à participação eleitoral – com efeito, é a que, em 1881, após algumas modificações, resultaria na Lei Saraiva. Na primeira parte do capítulo, são rememorados discursos de parlamentares que se posicionaram especificamente quanto à intenção do governo de fazer aprovar a reforma através de revisão constitucional – e de, para tanto, fixar à eventual Constituinte a prerrogativa de que somente lhe seria cabido aceitar ou rejeitar em bloco o projeto a ser remetido pela legislatura ordinária, deixando-lhe vedado o direito de aprovar alterações parciais. Em longas citações e paráfrases, Sérgio Buarque de Holanda rememora pontos de vista que estiveram presentes nas argumentações sustentadas por defensores e oposito-

res do projeto. É evidente, nessas passagens, a sua avaliação negativa dos argumentos daqueles parlamentares que pretendiam assegurar que a introdução do voto direto fosse acompanhada por uma drástica redução da participação eleitoral.

Sérgio Buarque identifica os argumentos que caracterizaram a crítica contemporânea a esse projeto com as normas e valores políticos que ele próprio professava, no seu tempo presente. Menciona, nesse sentido, com especial simpatia, os discursos do deputado José Bonifácio de Andrada e Silva (1827-1886), parlamentar que asseverara que a eventual aprovação da reforma eleitoral representaria uma acintosa exclusão das massas da vida política brasileira (DIR, p.205-208). Porém, Sérgio Buarque lembra que a mais consistente defesa dos propósitos governistas foi a apresentada pelo deputado Rui Barbosa (1849-1923). Este afirmava ser necessária ao equilíbrio do sistema eleitoral a introdução, para além das restrições pecuniárias à participação política, daquilo que chamou de “censo literário”. A ideia de exclusão dos analfabetos, que essa fórmula pretendia legitimar, é criticada por Sérgio Buarque de Holanda nesta passagem:

Para responder a tais argumentos, poderiam os da oposição alegar, por exemplo, que o saber ler e escrever como condição decisiva do discernimento para bem votar, é quando muito proposição duvidosa como o demonstrava o fato de estar sendo objeto de tamanha discussão. Certo, entretanto, era que as exclusões do projeto eliminariam uma porção assombrosamente grande do eleitorado, e que muitas das alegadas incapacidades vinham sendo debatidas e contestadas. No caso específico dos analfabetos admitia-se ainda que fossem excluídos onde, como no Connecticut, não chegavam a 1% da população. Seria democrático, porém excluí-los onde, e era o caso do Brasil, chegavam a 80%? (DIR, p.221)²⁵

Essas palavras verbalizam a crítica de Sérgio Buarque de Holanda às diretrizes de interpretação histórica que se encontraram na base da argumentação em favor do projeto de reforma eleitoral de 1879, diretrizes essas que Rui Barbosa havia mobilizado e sintetizado no seu discurso. Nessa condenação, Sérgio Buarque reconhece, nos valores políticos que forneceram suporte às críticas dirigidas contra o projeto governamental, parte de seu próprio horizonte de expectativas políticas. Com isso, a crítica alojada em *Do Império à República* ganha o sentido de uma ferramenta capaz de oferecer resistência ao legado atual das diretrizes interpretativas criticadas. É isso o que fica evidente

no comentário de que “muitas das críticas então feitas à criação de um sufrágio de elite ainda não perderam atualidade nos dias de hoje” (DIR, p.227).

Tal comentário, ademais, remete à íntima conexão, existente no texto, entre os modos crítico e exemplar de constituição de sentido. De fato, quase toda manifestação de *topoi* exemplares em *Do Império à República* está subordinada ao desempenho de funções críticas. Isso implica que a experiência apresentada pelo texto como exemplo histórico possui amiúde o significado efetivo de um contraexemplo, de um modelo de agir condenável e evitável. Este trecho ilustra tal ponto:

Os malefícios de qualquer governo fundado no consentimento ativo e efetivo dos governados, dificilmente porão em grave risco a estabilidade do regime, uma vez que não se oferece um alvo definido para os que contestem a situação, na grande massa dos que participam, através dos sufrágios, do processo político. Outro tanto não ocorre quando a causa dos maus governos e dos abusos de poder é identificável num personagem de carne e osso, que tudo comanda e tudo pode. (DIR, p.73)

Nessa passagem, a narrativa apresenta geneticamente o desenvolvimento das críticas oitocentistas ao “poder pessoal” do imperador. Recorre, para tanto, à tipificação abstrata das diferenças entre regimes políticos democráticos e não democráticos, culminando assim numa crítica das diretrizes de pensamento sustentadoras de regimes não democráticos. De todas essas operações narrativas emerge, portanto, a mensagem exemplar de que a pulverização da responsabilidade política é algo desejável quando se pretende tornar estável um regime. Mensagens como essa são recursos de orientação histórica, que permitem extrair da experiência do passado “ensinamentos” gerais (exemplos) a serem levados em conta pelos agentes atuais. Dão expressão à concepção de história associada ao lema *historia magistra vitae*, o modo de constituição de sentido que predominou no pensamento histórico ocidental até a sua modernização entre os séculos XVIII e XIX.²⁶

Topoi exemplares também são facilmente identificáveis nos trechos em que a referência à figura pública ou privada de D. Pedro II enseja o destaque de impropriedades de personalidade deste e das suas inaptidões para o exercício do poder. Rüsen aponta que a narrativa exemplar, por vezes, se associa à demonstração da virtude ou prudência (*Klugheit*) de personagens históricos, e que, através desse procedimento, ela sugere aos atores do presente modelos

de ação (Rüsen, 1982, p.549). Na narrativa de Sérgio Buarque de Holanda, a ideia exemplar de virtude é diversas vezes acionada como pressuposto de caracterizações da personalidade do segundo imperador brasileiro. Com efeito, D. Pedro II figura, em todo o texto, e sobretudo no Capítulo 2 do Livro I, como uma espécie de anti-herói, cujos atributos físicos e intelectuais estariam muito aquém dos requisitos necessários a um bom homem de Estado. Essa imagem (contra)exemplar do imperador aparece claramente neste trecho:

Se de um lado [D. Pedro II] era incansável no trabalho e no movimento, de outro dominava-o a ideia meio fatalista de que tudo haveria de vir naturalmente a seu tempo, convindo fugir sempre de precipitações perigosas. Ao esforço ativo contrapunha-se a perplexidade ante as possíveis consequências de um salto no escuro. O resultado era que o insopitável afã de mobilidade se perdia em si mesmo, numa dança de São Guido. E como acabava sendo ele próprio, mesmo negando que o fosse, juiz inapelável da boa oportunidade para agir, tudo se ia paralisando ou esperando o momento em que uma espera maior poderia ser catastrófica. (DIR, p.19)²⁷

Remetidas de volta ao contexto geral da narrativa, tanto a mencionada regra geral de que regimes não democráticos tendem a ser pouco estáveis, quanto o recurso à caracterização do imperador como um contramodelo de bom dirigente político documentam suficientemente a imbricação de formas exemplares e críticas. O que ocorre em *Do Império à República* é, porém, uma subordinação do sentido constituído exemplarmente pelo que se constitui criticamente. O primeiro cumpre um papel complementar em relação ao segundo: o de, mediante a referência a generalizações exemplares, reforçar a negação da experiência do passado lembrada, bem como de seus efeitos atuais. A crítica política proposta pelo texto (retrospectiva e prospectivamente) sustenta-se sobre a generalidade de exemplos (trans-) históricos do politicamente bom, mau, certo e errado. Resulta, assim, numa orientação histórica consistente, que sugere aos receptores do texto a necessidade não só da superação, pelo agir presente, de traços negativos persistentes na experiência histórica brasileira, mas também da abertura de novas oportunidades de futuro.

Por último ainda se podem isolar e analisar, no texto de Sérgio Buarque de Holanda, manifestações do modo tradicional de constituição histórica de sentido. Narrativas tradicionais relacionam-se com a afirmação da identidade (pessoal e coletiva) por meio da referência às origens das ordens de significado

vigentes. Tais origens são apresentadas pelas histórias tradicionais como “lugares” extraordinários de experiência, situados ou antes ou depois do tempo e, em todo caso, fora da circunscrição da temporalidade ordinária (Rüsen, 2007b, p.48). Ao fixar nas “origens” a fonte de sentido da vida atual, os *topoi* tradicionais do discurso historiográfico convidam ou coagem a subjetividade agente a renovar ou restaurar os caracteres originais que lhe são apresentados como desgastados ou perdidos em meio à experiência presente (Rüsen, 1982, p.545). Um olhar cauteloso para *Do Império à República* revela que um dos seus pressupostos é uma referência a um lugar originário, estabelecida sob a predominância de formas tradicionais. Tal lugar é definido pelo nome próprio histórico “Brasil”. Referências como essa são condição *sine qua non* das histórias concebidas e escritas desde uma perspectiva nacional, e não necessariamente entram em competição com outra ideia geral que se encontra implícita em todo pensamento histórico, a de “humanidade”. Humanidade é, a propósito, para Rüsen, o mais geral dos critérios de sentido empregáveis na formação e consolidação de identidades (Rüsen, 2001, p.126). Tal definição reflete diretamente a circunstância de que, no plano mais abstrato possível, a história, tal como diria Marc Bloch, é “a ciência dos seres humanos no tempo”.²⁸

De fato, em *Do Império à República*, “humanidade” e “nação brasileira” funcionam como ideias regulativas compatíveis e complementares. O texto porta o sentido de uma história parcial da formação da nação brasileira; uma história com foco em transformações sofridas pelo principal agente estimulador da nacionalidade, o Estado, ao longo de determinada época, a segunda metade do século XIX. O nome próprio “Brasil” e todas as palavras deste derivadas são elementos textuais que estabilizam a percepção do tempo vivido e a viver por um determinado coletivo de seres humanos do qual fazem parte os sujeitos de que fala o texto, o sujeito que escreve o texto, assim como os sujeitos a quem o texto é primariamente endereçado. Tais elementos textuais possuem um caráter tradicional, porque configuram uma duração que se coloca sobre o tempo, e que pode, por isso, atingir igualmente as três dimensões temporais. “Brasil” indica assim uma duração unificadora da percepção do passar do tempo como processo, pois aparece no discurso de Sérgio Buarque referido simultaneamente a passado, presente e futuro. Essa característica é, aliás, comum a qualquer representação histórica que pretenda representar o passado como o *passado brasileiro*. Quando tal característica ganha predominância sobre a totalidade narrativa, é comum que o resultado se aproxime antes da “mitologia histórica” do que da historiografia acadêmica.²⁹ Este, no

entanto, não é o caso em *Do Império à República*, porque no texto as durações atemporais estabelecidas por ação de *topoi* tradicionais são absorvidas de volta ao contexto de uma interpretação genética que as temporaliza. O trabalho de dinamização dos elementos narrativos tradicionais é realizado concretamente através da articulação destes à categoria genética de “crise”, instalada no núcleo da narrativa. A ideia tradicional de “Brasil” confluí, portanto, para dentro da representação de uma mudança temporal: a crise que culminou com a proclamação da República. Assim, preserva-se parte do seu conteúdo de sentido tradicional, mesmo que tal conteúdo somente passe a servir como fonte de orientação histórica depois da temporalização imposta pela hegemonia dos *topoi* genéticos.

CONTEXTO DE ORIENTAÇÃO

Outra questão importante a ser resolvida por qualquer teoria da história relaciona-se com a determinação daquilo que motiva o interesse geral por textos históricos. A resposta mais famosa a tal questão foi dada pelo historiador oitocentista Leopold von Ranke, que afirmou não ser função da história julgar o passado ou instruir o presente, mas simplesmente “mostrar [o sucedido] tal como efetivamente sucedeu”.³⁰ Em linhas gerais, Ranke postula aqui que o conhecimento histórico possui um fim em si mesmo, isto é, que o interesse pela história é guiado pelo puro interesse em conhecer o passado. Na segunda metade do século XX, um dos mais veementes defensores desse mesmo argumento foi Paul Veyne, para quem o interesse pela história surge não de demandas existenciais ou pragmáticas, mas de uma “simples curiosidade para com o específico”.³¹ Tanto Jörn Rüsen quanto Sérgio Buarque de Holanda discordam de tal posição. Para Rüsen, o interesse pelo conhecimento histórico advém da relação que se estabelece entre as experiências do passado, que um historiador reconstrói, e as carências de orientação que caracterizam o seu tempo presente. É essa relação entre passado reconstruído e presente da reconstrução – e não a simples curiosidade subjetiva de um pesquisador – que fornece o mais importante critério determinador do interesse histórico. De acordo com Rüsen, o significado histórico da experiência lembrada do passado depende precisamente do contexto de orientação do presente, isto é, do conjunto das carências por orientação que são características de determinada circunstância espacotemporal. A mobilização do passado pela lembrança his-

tórica permite que os efeitos do passado presentes na vida atual sejam percebidos e interpretados. Estimula-se, assim, uma ampliação da consciência subjetiva da historicidade, pela qual se deixam orientar o agir e o sofrer humanos (Rüsen, 2001, p.83-84).

Partindo mais uma vez da posição de Rüsen, é plausível dizer que estruturas narrativas, tais como as que identifiquei nas passagens do texto de Sérgio Buarque de Holanda, apenas constituem efetivamente sentido quando interpelam carências de orientação, as quais se encontram difusas em meio a um contexto atual de experiências, significados e expectativas. *Do Império à República* pode ser interpretado como uma manifestação historiográfica que foi produzida com base em um contexto de orientação específico e como resposta a demandas por sentido deste afluentes. A história narrada por Sérgio Buarque não comporta, portanto, somente uma descrição pura e simples dos acontecimentos que contribuíram para pôr fim ao regime monárquico brasileiro. Se é que faz sentido falar em explicação histórica, esta nunca concerne meramente à exposição dos acontecimentos. De fato, a explicação de Sérgio Buarque para o que *foi* o fim do Império compreende uma exposição genética do desenvolvimento de uma série de eventos que foram constitutivos da experiência histórica brasileira na época monárquica. Tal exposição, no entanto, apenas ganha sentido à luz do pressuposto tácito de que o processo em questão (bem como as experiências neste encerradas) foi fortemente importante para a formação do mundo em que viviam autor e receptores do texto. Em última análise, portanto, o autor focaliza a sua investigação histórica nas últimas décadas do Segundo Reinado, mas seu objetivo final é compreender uma questão que extrapola essa delimitação temporal, a saber: por que é que no Brasil, até o final do terceiro quartel do século XX, a democracia não vingou? Consolidada durante a segunda metade do século XIX – e estruturada em torno dos suportes culturais herdados da colonização ibérica –, a tradição política brasileira era, na visão de Sérgio Buarque, fortemente marcada pelo personalismo, por uma tendência para o autoritarismo e pela sua incompatibilidade com valores democráticos modernos. Não é difícil perceber, ademais, que para ele essa mesma tradição política ainda vigia no contexto sociopolítico que balizou a elaboração e a recepção do seu livro.

Com efeito, ao criticar traços centrais da experiência política imperial, Sérgio Buarque de Holanda está a negar toda a tradição política brasileira e, obviamente, também os desdobramentos desta que lhe eram coetâneos. Vários trechos da narrativa deixam claro (embora nunca completamente explí-

cito) o significado temporalmente abrangente de tal repúdio ao autoritarismo brasileiro. Um exemplo, que vale a pena explorar, encontra-se no Capítulo 3 do Livro V, o qual trata das transformações sociais e culturais por que passou o Exército brasileiro ao longo do século XIX. Em um segmento desse capítulo, Sérgio Buarque destaca que a prática comum de se escolherem civis para ocupar as pastas ministeriais militares foi um dos fatores que contribuíram para o aumento da animosidade do Exército em relação ao governo imperial. Lembra, em seguida, que a situação em que o titular do ministério não era um “especialista” nas matérias sob sua alcada de forma alguma havia sido exclusiva ao setor militar do governo, tendo ocorrido, e por diversas vezes, com outras pastas, sobretudo as da fazenda e agricultura (DIR, p.334-335). Isso, de acordo com ele, forneceria boas razões para que não se tomasse a ausência de um representante da corporação militar à testa do ministério como grave ofensa, mas o fato é que tais boas razões, sobretudo na década de 1880, não foram levadas em conta. Ao interpretar (e criticar) os motivos dessa desconsideração, Sérgio Buarque ampara-se sobre uma regra da experiência histórica, cujo âmbito transcende as circunstâncias do passado brasileiro a que o autor se refere de modo mais explícito. Às boas razões em questão fizeram os militares vistas grossas:

primeiro, porque os componentes de uma classe, à qual se entregam armas para a defesa das instituições, estão facilmente sujeitos à tentação de usá-las para subverter as mesmas instituições, quando lhes parecer estas incômodas ou nocivas à sua nação ou à sua profissão, e a profissão se confunde muitas vezes com a nação para aqueles que a exercem. Depois, porque numa briga entre políticos e soldados, são praticamente nulas as possibilidades de se saírem bem os primeiros. Os políticos podem esquecer isso, mas os soldados bem sabem como a vontade de alguns pode ter muito mais valia do que a autoridade de outros, de acordo com o princípio irrefutável de que o homem armado sempre tem razão. (DIR, p.335)

É plausível afirmar que essas palavras possuem uma ressonância de sentido que extrapola a dimensão da experiência do passado imperial lembrada, invadindo a circunscrição temporal do presente vivido por Sérgio Buarque e por seu público, à época da elaboração e publicação do texto. Não é demais lembrar o ano da sua primeira edição, 1972. Como se sabe, nessa época o Estado brasileiro era controlado pelas Forças Armadas, que em 1964 haviam demolido o “experimento democrático” iniciado em 1945,³² e que em 1968,

com a edição do Ato Institucional nº 5, haviam reforçado o caráter autoritário do novo regime. O posicionamento de Sérgio Buarque de Holanda com relação ao ordenamento político que passou a ter vigência com o regime militar foi de crítica e oposição. Tal constatação pode ser confirmada em diversas das suas entrevistas e declarações à imprensa, sobretudo as do final da década de 1970. É confirmada, outrossim, pelo seu pedido de aposentadoria da Universidade de São Paulo em 1969, o qual, como é conhecido, ocorreu em protesto contra as severas perseguições políticas sofridas por muitos dos seus colegas. Num depoimento datado de 1977, por exemplo, a propósito do cancelamento pelo governo da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ele afirmou que se poderia esperar tudo, “depois que o absolutismo foi restaurado no Brasil”.³³ O contexto de orientação dentro do qual e para o qual *Do Império à República* foi elaborado é aquele que inspirou a atitude de oposição ao regime militar, e de que dão mostra declarações como essa. Na citação há pouco destacada, referente à contínua “tentação” de tomar o poder que assolaria os militares, a mesma atitude é igualmente perceptível, ainda que não se manifeste de maneira tão explícita quanto na declaração de 1977. A diferença é que *Do Império à República* disfarça a crítica ao regime militar de modo a fazê-la penetrar num espaço público sobre o qual desde o golpe, e sobretudo depois de 1968, os governantes pretendiam exercer controle a ferro e fogo. Várias passagens do texto carregam indubitavelmente críticas do autor às condições políticas do Brasil contemporâneo. Mas essas críticas não são apresentadas como tais; fundem-se a regras gerais da experiência histórica para serem, assim, codificadas na forma de exemplos abstratos. Portanto, em *Do Império à República*, a já mencionada ancoragem da constituição crítica de sentido em *topoi* exemplares consiste não só numa estratégia discursiva de natureza estética e retórica, mas também numa estratégia prática de proteção pessoal, a que o autor recorreu em meio a um ambiente político hostil à livre circulação de ideias. Ao criticar o regime apenas de maneira cifrada, Sérgio Buarque pode, por um lado, evitar a perigosa exposição que lhe renderia um eventual confronto intelectual direto com os militares; por outro lado, pode também driblar a censura estatal, divulgando assim argumentos fortemente críticos em relação a todas as formas de autoritarismo e de embotamento da democracia. Tudo isso reforça, creio eu, a afirmação de Maria Odila Dias de que *Do Império à República* foi “a forma que deu o autor [Sérgio Buarque de Holanda] à sua resistência contra a ditadura militar”.³⁴

A oposição de Sérgio Buarque ao regime militar, elaborada na forma de uma

interpretação crítica do passado político imperial, é uma resposta ao contexto de orientação no qual a sua narrativa foi composta. No cerne desta última está situada, por conseguinte, uma convicção fundamental: a de que a democracia é o princípio desejável de organização da vida política. Com efeito, a utopia da democratização das relações políticas no Brasil revela-se uma constante que caracteriza quase toda a obra do autor, sobretudo os textos em que ele aborda historicamente aspectos políticos da experiência brasileira. Um bom indício da participação dessa aspiração em *Do Império à República* aparece numa passagem em que Sérgio Buarque procura explicar o fato de a prática do nepotismo, tão duramente criticada na época imperial, ter remanescido ainda mais forte sob a Primeira República. Nesse contexto, afirma ele que:

no exercício do poder, nada sugere que [os militares] sejam levados a buscar caminhos novos para a ampla participação popular. A acusação de favoritismo ou nepotismo ou, como se dizia, de filhotismo que tanto pesou sobre as oligarquias civis, pesará ainda mais sobre alguns governos de militares, como o de Deodoro e, principalmente, de seu sobrinho, o marechal Hermes da Fonseca ... Não se poderia esperar coisa diversa onde não se criaram condições para a participação da massa do povo na vida política. (DIR, p.348)

A crítica à persistência do nepotismo na Primeira República apresenta esse fenômeno como resultante da ausência de preocupações democratizantes pelas forças políticas que atuaram a favor da ruptura institucional de 1889. Para Sérgio Buarque, somente a efetiva participação popular na política poderia anular definitivamente os efeitos perversos dos tradicionais valores políticos brasileiros, que foram legados pela colonização portuguesa, fixados pelo Império e, em boa medida, preservados pela República – a despeito das profundas transformações sociais que, já desde a segunda metade do século XVIII, teriam promovido certa desestabilização da “herança colonial”.³⁵ O desejo e a expectativa de construção da democracia no Brasil estão, assim, na base da crítica à orientação predominantemente não democrática da elite política imperial. Esse posicionamento em favor da democracia já havia sido, a propósito, evidenciado no último capítulo de *Raízes do Brasil* (1936), intitulado “Nossa Revolução”.³⁶ Nesse capítulo, Sérgio Buarque de Holanda demarca claramente a sua posição política, afastando-a do liberalismo oligárquico tradicional – alvo preferencial da crítica em *Do Império à República* –, do comunismo revolucionário, bem como dos então ascendentes fascismos. Apesar dos mais de

30 anos que separam as datas de publicação de *Raízes do Brasil* e do texto sobre o fim do Império, há de um a outro a continuidade desse pressuposto político. A convicção democrática e o desejo de construir a democracia brasileira levaram Sérgio Buarque a condenar, já no texto de 1936, a persistência da tradição política consolidada pelo Império, mesmo depois de finda a existência deste (Holanda, 1997, p.176-177). No texto de 1972, uma semelhante perspectiva de interpretação da experiência imperial é montada sob a influência das mesmas convicções. Destarte, o que diferencia os dois textos não são as convicções políticas que informam as respectivas interpretações, mas o grau de fundamentação empírica destas. É patente que o segundo texto se refere sistematicamente a um grande conjunto de informações obtidas mediante pesquisa de fontes, ao passo que *Raízes do Brasil* não o faz – e esta é a grande razão pela qual o Sérgio Buarque de Holanda tardio tendia a minimizar a importância do ensaio que escrevera na década de 1930.

Como se vê, *Do Império à República* é uma narrativa histórica que, para além de todo o seu vasto conteúdo empírico, abriga três críticas políticas distintas: a crítica a um ordenamento não democrático do passado (o do Segundo Reinado); a crítica à substituição deste (encabeçada pelos militares de 15 de novembro de 1889) por um regime que também pouco fez pela democracia; e, enfim, a crítica à continuidade entre o passado e o presente da vida política brasileira (continuidade essa da qual, à época, o regime militar instaurado em 1964 era o grande emblema). Ao confluírem para uma narrativa genética acerca da crise do Império brasileiro, essas três críticas políticas tecem uma temporalmente complexa e abrangente unidade de sentido, que se apresenta como referência para a orientação do pensamento e da ação dos receptores do texto.

A manifestação, em *Do Império à República*, de uma perspectiva de interpretação semelhante à que se encontra em *Raízes do Brasil* é um dado interessante também se enquadrado no contexto da própria trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. Sabe-se que, depois de *Raízes do Brasil*, o autor passou a centrar suas investigações históricas em temas tais como as bandeiras e monções que impulsionaram a expansão territorial brasileira rumo ao Oeste (*Monções*, 1945; *Caminhos e fronteiras*, 1957), além dos motivos edênicos que estiveram presentes no imaginário europeu à época da conquista da América (*Visão do Paraíso*, 1959). Sabe-se também que, nesses trabalhos, a postura crítica do autor de *Raízes do Brasil* diante da tradição herdada do período colonial é mitigada pela valorização (geneticamente fixada) de alguns aspectos positivos e produtivos da colonização portuguesa do Brasil (Wegner, 2000). O

posterior retorno do autor a uma temática propriamente política e a uma perspectiva de crítica da tradição ibérica em *Do Império à República* instaura, portanto, certa continuidade interpretativa em relação ao primeiro e mais famoso dos seus textos e, ao mesmo tempo, uma descontinuidade em relação aos textos por ele publicados entre as décadas de 1940 e 1960. Isso talvez possa se compreender como decorrência de uma adequação do seu pensamento histórico às demandas provenientes do contexto de orientação dos chamados “anos de chumbo” do regime militar no Brasil do século XX. Em tal adequação, não estaria Sérgio Buarque a traír o ideal metódico da ciência da história, ideal esse com a ajuda do qual todo historiador profissional reivindica validade para suas narrativas acerca do passado. Pelo contrário, tal ideal apenas estaria a ser significado, ao ser posto em relação direta com o exercício das funções de orientação de que a historiografia não pode escapar. Da existência e do significado dessas funções, que de acordo com Jörn Rüsen são tão importantes para a realização do pensamento histórico em sua versão científica, tinha o próprio Sérgio Buarque de Holanda boa consciência. Em entrevista concedida na década de 1970, ele assim a manifestou:

Eu diria, junto com Benedetto Croce, que toda história é história contemporânea. Ou seja, nós sempre privilegiamos um aspecto em função de nossa realidade ... Nós contamos a história a partir da vivência cotidiana de nossos problemas, de nossa realidade. Os historiadores sempre foram e sempre serão presa fácil de seu tempo.³⁷

NOTAS

¹ A pesquisa que serviu de base a este texto foi financiada pela Fundação Capes.

² BLANKE, Horst Walter; FLEISCHER, Dirk; RÜSEN, Jörn. Theory of History in historical lectures: the German tradition of Historik, 1750-1900. *History and Theory*, v.23, n.3, p.331-356, 1984.

³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história* (trad. Maria de Lourdes Menezes; rev. téc. Arno Vogel). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.56-108.

⁴ MOMIGLIANO, Arnaldo. Historicism revisited. In: _____. *Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico, tomo primo*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1980, p.23-32.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República* [1972]. 4.ed. São Paulo: Difel, 1985. (História Geral da Civilização Brasileira, t.II, v.2). Para economizar notas, a referência a *Do Império à República* é feita no corpo do texto, acompanhada da abreviação “DIR”.

⁶ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: _____. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985; FIGUEIRÓA, Silvia. S. B. de Holanda. In: BOYD, Kelly (Org.). *Encyclopedia of historians and historical writing*, v.1. London: Fitzroy Dearborn Publishers, 1999, p.550-551; IGLÉSIAS, Francisco. Evocação de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Brasil*, v.3, n.6, p.122-128, 1987.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [1936]. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁸ COELHO, João Marcos. A democracia é difícil: entrevista com Sérgio Buarque de Holanda. *Veja*, 28 jan. 1976.

⁹ FRANÇOZO, Mariana. Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em “Caminhos e fronteiras”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.63, p.137-152, 2007; WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. Também digno de nota, neste contexto, é: NICODEMO, Thiago. *Urdidura do vivido*: “Visão do paraíso” e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁰ COELHO, 1976. Para mais detalhes acerca do que seria a nova edição de *Do Império à República*, ver GRAHAM, Richard. An interview with Sérgio Buarque de Holanda. *The Hispanic American Historical Review*, v.62, n.1, p.3-17, 1982 (cit. p.8-10). Na entrevista, Sérgio Buarque afirmou que já teria redigido cerca de 450 páginas datilografadas do novo texto. Recentemente, cerca de 150 dessas páginas foram publicadas em livro. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império* (Org. Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010).

¹¹ DIAS, 1985, p.44-53; FAORO, Raymundo. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1998, p.59-70; IGLÉSIAS, Francisco. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: VV.AA. *Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.9-53 (cit. p.37); QUEIROZ, Sueli Robles de. Professor e historiador. *O Estado de São Paulo*, 11 jul. 1982.

¹² WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, n.1, p.19-44, 2008 (cit. p.22).

¹³ A trilogia é composta destes volumes: RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*: os fundamentos da ciência histórica (trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: Ed. UnB, 2001 (ed. orig.: *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983); RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*: os princípios da pesquisa histórica (trad. Asta-Rose Alcaide; rev. Estevão de Rezende Martins). Brasília: Ed. UnB, 2007a (ed. orig.: *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*, Göttingen: Vandenhoeck

& Ruprecht, 1986); e RÜSEN, Jörn. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico* (trad. Estevão de Rezende Martins). Brasília: Ed. UnB, 2007b (ed. orig.: *Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989).

¹⁴ Para discussões mais detalhadas acerca da teoria da história de Rüsen, cf. ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Ed. UFG, no prelo; CALDAS, Pedro S. P. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. *Fénix – Revista de História e Estudos Culturais*, v.5, n.1, 2008 (Resenha: “Reconstrução do passado”; “História viva”); CARR, David. History as orientation: Rüsen on historical culture and narration (Resenha: “Geschichte im Kulturprozeß”; “History. Narration, Interpretation, Orientation”). *History and Theory*, v.45, n.2, p.229-243, 2006; DE JONG, Henk. Historical orientation: Jörn Rüsen’s Answer to Nietzsche and his Followers (Resenha: “Historische Orientierung”). *History and Theory*, v.36, n.2, p.270-288, 1997; MARTINS, Estevão de Rezende. Consciência histórica, práxis e cultura. A propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese Nova Fase*, v.19, n.56, p.59-73, 1992; MEGILL, Allan. Jörn Rüsen’s theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry. *History and Theory*, v.33, n.1, p.39-60, 1994; WIKLUND, 2008.

¹⁵ MARTINS, Estevão de Rezende. O uso de categorias na ciência histórica. *Leopoldianum*, v.10, n.29, p.5-24, 1983.

¹⁶ *Do Império à República* encontra-se dividido em cinco partes, denominadas “livros”.

¹⁷ *Constituição Política do Império do Brasil* [1824] (comentada por José Carlos Rodrigues). Rio de Janeiro: Laemmert, p.67 (tít. 5, cap. 1), 1863.

¹⁸ OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. Eletores pela Província de Minas Geraes* [1860]. 2.ed. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860, p.132.

¹⁹ TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O Libelo do Povo [1849]. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Ed.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, p.3-126, 1956 (cit. p.108).

²⁰ STEIN, Stanley. A historiografia do Brasil, 1808-1889. *Revista de História*, São Paulo, v.29, p.81-131, 1964 (cit. p.103-109).

²¹ Para uma interpretação pouco marcada pelo conceito de “poder pessoal do imperador” e, ao mesmo tempo, dissociada das velhas apologias ao Segundo Reinado, ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²² RÜSEN, Jörn. *Kann gestern besser werden? Zum Bedenken der Geschichte*. Berlin: Kadmos, 2003, p.13.

²³ A mais completa exposição de Rüsen acerca da sua teoria da “constituição histórica de sentido” foi apresentada em RÜSEN, Jörn. *Was heißt Sinn der Geschichte? (Mit einem Ausblick auf Vernunft und Widersinn)*. In: MÜLLER, K.; RÜSEN, J. (Org.). *Historische Sinnbildung. Problemdarstellungen, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*. Reinbeck: Rowohlt, 1997, p.17-47.

²⁴ RÜSEN, Jörn. Die vier Typen des historischen Erzählens. In: KOSELLECK, R.; LUTZ, H.; RÜSEN, J. (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung*. München: DTV, 1982, p.514-605 (cit. p.520) (Theorie der Geschichte: Beiträge zur Historik, Band 4); RÜSEN, 2007b, p.43-68.

²⁵ Na sequência desse trecho, outra passagem reafirma essa mesma crítica: “A grande importância que assumem os debates de 1879 em torno da reforma eleitoral não se acha tanto no fato de que o projeto do governo tendesse à formação de uma elite social que deveria sobrepor-se à massa do povo e representá-la, sem procuração, nas decisões políticas que a todos deveriam afetar ... O que se combatia na proposta oficial era o intento, nada dissimulado, dos seus autores, de consagrar a existência dessa camada de privilegiados, legalizando, por assim dizer, a situação que importava corrigir” (DIR, p.222).

²⁶ GRAFTON, Anthony. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007; KESSLER, Eckhard. Geschichte: Menschliche Praxis oder kritische Wissenschaft? Zur Theorie der humanistischen Geschichtsschreibung. In: *Theoretiker humanistischer Geschichtsschreibung*. Nachdruck exemplarischer Texte aus dem 16. Jahrhundert. München: Wilhelm Fink, 1971, p.7-47; KOSELLECK, Reinhart: *Historia Magistra Vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte*. In: *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003, p.38-66; LANDFESTER, Rüdiger: *Historia Magistra Vitae. Untersuchungen zur humanistischen Geschichtstheorie des 14. bis 16. Jahrhunderts*, Genf: Librairie Droz, 1972; MUHLACK, Ulrich. *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung. Die Vorgeschichte des Historismus*. München: C.H. Beck, 1991.

²⁷ Vejam-se, a seguir, outros exemplos interessantes do mesmo caso: “E como não sentir que aquela voz aflautada, como de falsete, parecia calhar mal num rei, filho de reis, nascido para mandar? E que aquelas pernas finas demais destoavam do físico avantajado? Era nas ocasiões mais solenes que esses contrastes se tornavam particularmente visíveis, quando Sua Majestade, empunhando o cetro, se apresentava em indumentária de gala: calças muito justas, sapatos de seda branca, manto feito com papos de tucano, alta e pesada coroa, que circundava toda a cabeça, a infalível ‘cabeça de caju’ dos caricaturistas, e encobria a saliência pronunciada da fronte” (DIR, p.17); “E querendo mostrar-se sempre a par de tudo, querendo tudo prevenir, tudo saber (‘já sei, já sei’), essa absorvente vigilância se desencontrava, não raro, com providências já tomadas ou antecipadas, acabando por entorpecê-las” (DIR, p.19); “Queria ver suprimidos os abusos no sistema eleitoral, mas recuava ante a necessidade de uma decisão drástica. Empenhava-se pela extinção do trabalho escravo, mas achava que toda prudência era pouca nessa matéria. Gostaria que o Brasil tivesse em boa ordem as finanças e a moeda bem sólida, ainda quando esse desejo pudesse perturbar a promoção do progresso material, da educação popular, da imigração, que também desejava. Ora, a meticulosa prudência deixa de ser virtude no momento em que passa a ser estorvo: lastro demais e pouca vela” (DIR, p.20).

²⁸ BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*. 2.ed. Paris: Armand Colin, 1952, p.4-5.

²⁹ HÜBINGER, Gangolf. Geschichtsmythen in ‘völkischer Bewegung’ und ‘konservativer Revolution’: nationalistiche Wirkungen historischer Sinnbildung. In: BLANKE, H. et al. (Org.). *Dimensionen der Historik: Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute*: Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag. Köln: Böhlau, 1998, p.93-104 (cit. p.95). Hübinger apresenta uma boa definição para o termo “mitos históricos”. Segundo ele, trata-se de construções discursivas que servem à sacralização ou demonização de lugares de memória; que inventam tradições como interpretações de origem ou fim; e que avaliam épocas enquanto caminhos de salvação ou perdição (enquanto caminhos certos ou errados). Por isso, os mitos históricos ofereceriam identificações de acentuado teor religioso, as quais estariam em contradição com o caráter hipotético da ciência (histórica) moderna.

³⁰ RANKE, Leopold von. Vorwort zu den ‘Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1535’ [1824]. In: HARDTWIG, Wolfgang (Org.). *Über das Studium der Geschichte*. München: DTV, 1990, p.44-46 (cit. p.45). Ver a boa interpretação do famoso dito de Ranke pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de L. v. Ranke. *Revista de História*, n.100, p.431-482, 1974 (cit. p.437-442).

³¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história* (trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp; rev. téc. Gerusa Jenner Rosas). Brasília: Ed. UnB, 1998 (esp. p.51-78).

³² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* (trad. Ismênia Dantas). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.17. Vale lembrar que o título original do livro de Skidmore, publicado em 1967, é *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*.

³³ Depoimento registrado pela *Folha de S. Paulo* (19 jun. 1977). Outros trechos de declarações públicas de Sérgio Buarque de Holanda ao final da década de 1970 são também interessantes para a compreensão do sentido da crítica presente em *Do Império à República*. Em entrevista a Jary Cardoso, publicada na *Folha de S. Paulo* (30 maio 1978), ele inicia com estas palavras uma resposta à questão sobre que país seria o Brasil: “É um país que pode se dar ao luxo, em pleno século XX, de restaurar o absolutismo, as capitania, a inquisição e o banimento político de cidadãos. Antes dessa revolução, que se diz Redentora, houve outra Redentora que não baniu ninguém. Ela mesma foi banida, chamava-se Princesa Isabel”; Em outra entrevista, esta a Bernardo Bera, publicada pelo jornal *Última Hora* (20 maio 1978), ele assim caracteriza os sistemas político e eleitoral instaurados pelos militares: “O eleitorado hoje é uma minoria, é um grupo formado pelo presidente. Até quando, eu não sei ... Parece uma brincadeira o governo inventar: estes vão ser oposição, aqueles vão ser situação! Essa oposição existe, mas nunca vai tomar o poder, vai ter que se conformar em ser oposição. E isso é uma coisa única no mundo! O presidente Geisel diz que mesmo no Império havia dois partidos. Não! Mesmo naquela época, o Partido Liberal nasceu de um anterior, não foi imposto! ... Uma vez que o povo não vota, não há democracia”.

³⁴ DIAS, Maria Odila. Sérgio Buarque na USP. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.22, p.269-274, 1994.

³⁵ Sobre o último aspecto, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua

Arthur Assis

desagregação. In: _____. (Org.). *O processo de emancipação*. São Paulo: Difel, 1982, p.9-39 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, v.2).

³⁶ CANDIDO, Antonio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: _____. 1998, p.81-88. Alguns textos em que o próprio Sérgio Buarque apresenta de maneira explícita suas preocupações com a efetividade dos valores democráticos foram republicados no recente em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Por uma nova história* (org. Marcos Costa). São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

³⁷ COELHO, 1976. Outro reconhecimento da importância da função orientadora do conhecimento histórico por Sérgio Buarque consta de uma conferência aparentemente não publicada pelo autor, que foi proferida na década de 1960 a convite dos alunos do Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay. O manuscrito contendo 17 páginas datilografadas encontra-se no Arquivo Central da Universidade de Campinas e encerra-se assim: “O que nos compete a nós, estudiosos e estudantes de História é, antes de tudo procurar viver o nosso tempo, sentir as suas pulsavações, pressentir, se possível, os seus rumos e, se preciso, nos acumpliciarmos com suas aspirações, ainda que nos exponham ao risco de passarmos por inconformistas, demolidores, talvez sediciosos”.

Artigo recebido em abril de 2010. Aprovado em maio de 2010.